

INSTITUTO	
Documentação	
SOCIAMBIENTE	
Fonte	A crítica (cidades)
Data	9/5/2002 Pg C7
Class.	00R.000.24

Manaus, domingo, 9 de junho de 2002

a crítica CIDADES C7

## PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

# Mamirauá e Amanã são destaque

## UNESCO INDICA AS DUAS RESERVAS DO AMAZONAS COMO EXEMPLOS MUNDIAIS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE PRESERVAÇÃO

As Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mamirauá e Amanã foram indicadas para ser patrimônio natural da humanidade. A Unesco acatou a indicação por serem exemplares únicos de biodiversidade e ecossistema no planeta. As duas reservas foram criadas pelo governador Amazonino Mendes, e hoje a categoria RDS é modelo para a política nacional de preservação e conservação do meio ambiente.

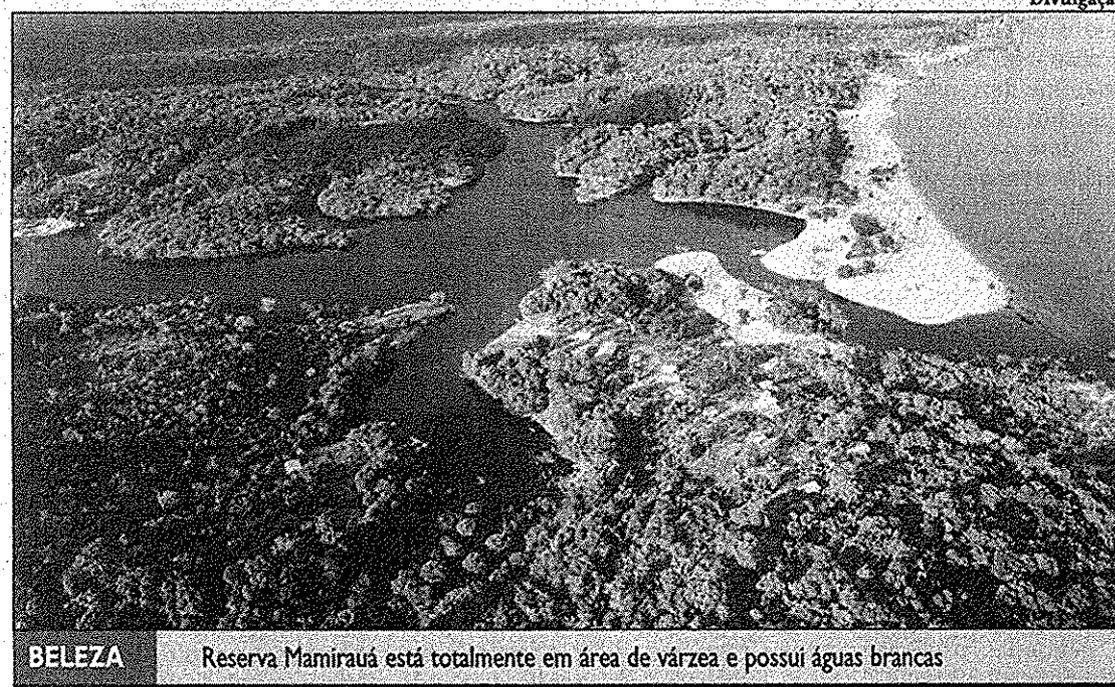
Mamirauá e Amanã estão localizadas na Região Noroeste do Amazonas. Mamirauá é a única unidade de conservação ambiental do País totalmente em área de várzea, com ecossistema de águas brancas. A reserva tem 1,224 milhão de hectares e abrange o território de cinco Municípios: Maraã, Juruá, Fonte Boa, Japurá e Uarini.

Amanã, por sua vez, mantém ecossistema de águas pretas, em uma área ao lado de Mamirauá, de 1,313 milhão de hectares. A RDS Amanã envolve os Municípios de Barcelos, Codajás, Coari e Maraã. Em Mamirauá vivem cerca de 5 mil pessoas, entre comunidade local e as que dependem dos seus recursos naturais. Em Amanã são outros 1,5 mil habitantes.

"A indicação está considerando a proposta pioneira do governador de criar unidades de conservação que contemplam o desenvolvimento sustentável das comunidades locais, e a importância desses ecossistemas para o planeta", avalia a diretora técnica do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), Maria do Carmo.

Além dos ecossistemas frágeis, as duas RDS são ricas em lagos e madeiras de lei. Na região vivem também espécies que correm risco de extinção, como o peixe-boi, maior mamífero de água doce, e o pirarucu, espécie que remonta à pré-história. Em Mamirauá, administrada pelo governo em parceria com a ONG Sociedade Civil Mamirauá, o manejo ambiental já mostra resultados positivos para a natureza e a população local.

Com as 13 unidades de con-



BENEZA

Reserva Mamirauá está totalmente em área de várzea e possui águas brancas

Divulgação

servação ambiental criadas pelo governador Amazonino Mendes, explica Maria do Carmo, o Amazonas já tem pelo menos 8 milhões de hectares de seu território protegidos. Até então só existiam unidades federais de conservação. As estaduais correspondem a pelo menos 5% do território estadual, maior que muitos países da Europa.

Mamirauá foi criada 1990, como unidade de conservação de proteção integral, que não permitia a permanência da população. Como já havia na região um trabalho da Sociedade Civil Mamirauá com bons resultados, o governo criou, em 1996, uma categoria até então inexistente no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Hoje, as RDS, que promovem o convívio harmônico entre homem e natureza, fazem parte do SNUC. O Estado do Pará seguiu o exemplo e criou uma RDS, assim como outros que estão em processo de implantação. A RDS de Amanã veio em seguida, em 1998. No plano municipal já existem as RDS do Lago do Piranha, em Manacapuru, e do Uariri, de Maués.

## Locais beneficiam o caboclo amazônico

O governo não só garantiu o futuro das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) de Mamirauá e Amanã, como também está desenvolvendo economicamente as populações locais, por meio do modelo pioneiro do governo estadual. Ou seja: de criar unidades de conservação que também privilegiem o homem. Em Mamirauá, onde já há um plano de manejo definido, os resultados são mais visíveis. Até então, essas popula-

ções eram exploradas por terceiros, sem qualquer retorno socioeconômico duradouro.

Em parceria com a Sociedade Civil Mamirauá, os cerca de 5 mil moradores e pessoas que vivem das riquezas naturais de Mamirauá já começam a comercializar os produtos naturais, explorados racionalmente. São carne e todos os demais subprodutos do pirarucu que estão sendo comercializados, trabalhos na área de agricultura

sustentável e artesanato, além de todo o esforço no sentido de promover a conscientização ambiental na região.

Este aliás, aponta a diretora técnica do Ipaam, Maria do Carmo, é o primeiro passo para se promover um manejo sustentável em uma RDS. É este trabalho que está sendo executado na RDS de Amanã. "Ou seja: organizar as populações, e conscientizá-las de que somente o uso racional dos recursos pode lhes

garantir o futuro", avalia a diretora.

Maria do Carmo revela que há projeto para a implantação de um quiosque no saguão do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes onde será comercializado o artesanato produzido pelas comunidades que vivem em Mamirauá e Amanã. Enquanto isso, o trabalho da Sociedade Civil Mamirauá, de buscar novos mercados para os produtos ecológicamente corretos, é constante,

e as pesquisas na região também.

O próprio coordenador da ONG, pesquisador Márcio Ayres, estuda o macaco uacari de cara vermelha. Foi essa espécie que motivou o pesquisador a buscar apoio do Governo do Estado para preservar e estudar a região. Nesse sentido, o governo é forte parceiro. Por meio do Ipaam, por exemplo, custeia bolsas para estudantes de nível médio e outras atividades de educação ambiental nas duas RDS.

## BIODIVERSIDADE

### Corredor ecológico sendo implantado

O Governo do Amazonas já está implantando o corredor ecológico do Estado, projeto do Governo Federal que pretende unir as unidades de conservação estaduais para que as espécies naturais possam ter maior garantia de desenvolvimento, entre elas aquelas ameaçadas de extinção. Já está pronto o plano operacional anual, com ações mais práticas em fase de execução.

Exemplo: todos os termos de referência para contratação das atividades a serem executadas no corredor já foram aprovadas pelo Banco Mundial, instituição financiadora do Corredor Ecológico da Amazônia, que tem aproximadamente 95% de sua área no Estado do Amazonas. São US\$ 5 milhões para a elaboração dos planos de manejo das unidades de conservação, biodiversidade em terras indígenas e projetos em áreas de interstício.

Toda a área corresponde a 245,5 mil quilômetros quadrados. A maioria está em território amazonense e uma pequena parte nos Estados de Roraima e Pará. A primeira fase do projeto começou em março de 2000, com duração de 18 meses. A implantação dos planos de manejo tem um prazo a ser concluído: 24 meses. O outro corredor que está sendo implantado no País, em caráter pioneiro, é o da Mata Atlântica.